



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 7.743/20-e

Processo nº: 7.743/20

Jurisdicionada: Secretaria de Desenvolvimento Social do DF - SEDES

Assunto: Monitoramento de Decisão

Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública - SEASP

Publicação: Pauta dispensada (art. 116, § 4º do Regimento Interno do TCDF)

Ementa: Monitoramento do cumprimento de deliberações da Corte.

Decisão nº 4.328/18-CPM, exarada no Processo nº 10.285/17, que tratou de auditoria realizada na então Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF, com o objetivo de examinar os serviços de acolhimento e proteção social prestados por entidades que celebraram termos de colaboração com o órgão.

Decisão nº 1.394/20-CRR, exarada no Processo nº 28.759/16-e, que analisou os termos de colaboração firmados entre a então Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF e diversas Organizações da Sociedade Civil.

A Instrução sugere que:

- a) o exame dos termos de colaboração firmados durante a pandemia seja realizado em autos apartados, propiciando adequada celeridade processual (Resolução TCDF nº 333/20);
- b) determine à Secretaria de Desenvolvimento Social que disponibilize a este Tribunal acesso integral aos documentos relacionados aos ajustes celebrados com vistas ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para o enfrentamento do coronavírus.

VOTO de acordo com o Corpo Técnico.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 7.743/20-e

RELATÓRIO

Cuidam os autos do monitoramento do cumprimento das seguintes deliberações:

a) Decisão nº 4.328/18-CPM¹ (e-doc F3D479A6-c), exarada no Processo nº 10.285/17, que tratou de auditoria realizada

¹ **DECISÃO Nº 4.328/18 (CPM):** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] II – determinar à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF que, doravante: a) verifique, periodicamente, se as condições de infraestrutura das entidades parceiras são suficientes e adequadas para atendimento da meta pactuada, conforme previsto nos Planos de Trabalhos aprovados (Achado 1); b) promova a transparência dos dados relativos às parcerias realizadas por meio de Termo de Colaboração, incluindo a divulgação de informações referentes à situação das prestações de contas, na forma dos arts. 10 a 12 da Lei Federal nº 13.019/147 (Achado 4); c) exija dos gestores das entidades parceiras a publicação das informações com o conteúdo e forma previstos no art. 11, “caput” e parágrafo único, da Lei nº 13.019/14 (Achado 4); d) ofereça suporte técnico e administrativo aos Conselhos de Políticas Públicas vinculados à Pasta, garantindo condições adequadas para o exercício de suas atribuições (Achado 5); e) garanta, em seu sítio eletrônico oficial, espaço reservado para inclusão de informações relativas aos Conselhos de Políticas Públicas vinculados à SEDESTMIDH/DF, tais como relação dos membros, indicando o grupo que representam; canais de comunicação; competências legais; cronograma de reuniões; atas das reuniões; relatórios das ações realizadas (Achado 5); f) implemente mecanismos de controle e avaliação das atividades realizadas e do cuidado oferecido aos acolhidos na rede própria (Achado 6); III – determinar à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF que adote as seguintes medidas, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, das ações implementadas: a) faça constar dos Editais de Chamamento Público, assim como dos Termos de Colaboração pactuados com Organizações da Sociedade Civil, a previsão de: 1) indicadores de desempenho ou parâmetros objetivos para aferir o cumprimento integral das metas e resultados estabelecidos nos Planos de Trabalhos das entidades, de acordo com a modalidade do serviço prestado, nos termos do art. 22, inciso IV, da Lei nº 13.019/14 e do art. 28, inciso II, do Decreto Distrital nº 37.843/16 (Achado 1); 2) sanções a serem aplicadas em função dos resultados de indicadores de desempenho que comprovem a execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, nos termos do art. 73, da Lei Federal nº 13.019/1410 e do art. 74 do Decreto Distrital nº 37.843/1611 (Achado 1); b) adote medidas para que, após a criação dos indicadores de desempenho, sejam aditados os Termos de Colaboração anteriormente celebrados, tornando obrigatória a aferição dos mesmos (Achado 1); c) promova serviços de manutenção e reforma da infraestrutura das unidades, prioritariamente nas UNAF e na UNAM, de modo a garantir adequadas condições de higiene e de segurança (Achado 6); d) promova a adequação da infraestrutura da “Central de Acolhimento” para permanência temporária dos usuários do serviço até a alocação das vagas (Achado 6); e) altere a atual sistemática de escalas de serviço de 24/72h nas unidades de funcionamento ininterrupto, adotando regime de trabalho compatível com as atribuições que devem ser realizadas pelos servidores, definindo jornadas de trabalho conforme previsto nas legislações que regem o assunto (Achado 6); IV – determinar à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG/DF que encaminhe ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, medidas adotadas acerca da implementação de plataforma eletrônica necessária à gestão de informações relacionadas às prestações de contas e a todos os atos que delas decorram, visando atender ao estabelecido no art. 65 da Lei nº 13.019/1412, arts. 83 e 86 do Decreto nº 37.843/16 13 (Achado 4); V – determinar à Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal – SES/DF e à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, estabeleçam, conjuntamente, protocolos de atendimento que garantam o cuidado adequado aos dependentes químicos acolhidos pela rede de assistência social no âmbito do Governo do Distrito Federal (Achado 6); VI – recomendar: a) à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF que: 1) garanta condições adequadas para o funcionamento e o cumprimento das atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação (Achado 2); 2) implemente controle da

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 7.743/20-e

na então Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF, com o objetivo de examinar os serviços de acolhimento e proteção social prestados por entidades que celebraram termos de colaboração com o órgão (e-doc F974F79A-c);

b) Decisão nº 1.394/20-CRR² (e-doc EAF7467-c), exarada no Processo nº 28.759/16-e, que analisou os termos de colaboração firmados entre a então Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF e diversas Organizações da Sociedade Civil, com objetivo de realizar o acolhimento institucional e

apresentação dos Relatórios Mensais Qualitativos e Quantitativos dos atendimentos prestados pelas entidades parceiras, com aplicação de sanções previstas na legislação para o descumprimento da obrigação (Achado 3); 3) oferta capacitação e condições adequadas para que os Gestores de Parcerias exerçam com excelência suas atribuições (Achado 3); 4) realize controle tempestivo e adequado em relação aos beneficiários atendidos nas unidades parceiras e na rede própria, identificando a correta localização de cada usuário, bem como a quantidade de vagas disponíveis por unidade de atendimento (Achado 3); 5) reveja, entre os acolhidos na rede própria, os indivíduos com deficiências que necessitem de tratamento diferenciado, e, sempre que possível, mantenha-os em Organizações da Sociedade Civil preparadas para atender essa população específica (Achado 6); 6) disponibilize recursos financeiros às unidades de acolhimento da rede própria para a realização de despesas de pequeno vulto, de modo a garantir o regular e adequado funcionamento dos serviços ofertados, por meio da utilização, por exemplo, de suprimento de fundos ou de programa de descentralização financeira (Achado 6); 7) defina os fluxos de acolhimento para a população LGBT, indicando, inclusive, a unidade de acolhimento responsável (Achado 6); b) aos titulares dos Conselhos de Políticas Públicas vinculados à SEDESTMIDH/DF que adotem medidas para garantir a atuação eficiente desses Colegiados, a exemplo de promover reuniões e deliberações periódicas; elaborar plano de ação; realizar visitas às entidades/organizações; apurar denúncias recebidas; capacitar regularmente os conselheiros; dar transparência às informações apresentando regularmente para a sociedade, relatórios das ações realizadas, ao menos no sítio eletrônico da SEDESTMIDH/DF (Achado 5); [...] Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCD, Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA.”

² DECISÃO Nº 1394/20-CRR: “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] III – em reiteração aos itens III.a, III.c e III.d da Decisão nº 582/2019, determinar à SEDS/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) encaminhe ao Tribunal informações atualizadas quanto ao pleno atendimento dos itens III.a e III.d da Decisão nº 582/2019; b) elabore e encaminhe ao Tribunal Plano de Ação detalhando cronograma completo de ações, bem como prazos e a unidade/setor responsável pela implementação, com vistas ao pleno cumprimento do item III.c da Decisão nº 582/2019 e à finalização da análise de todas as prestações de contas pendentes; IV – reconhecer a perda do objeto da audiência determinada na Decisão nº 3.087/2019; V – autorizar: a) a juntada dos documentos mencionados no item III acima ao Processo nº 7.743/2020, para fins de monitoramento das diligências dispostas nos itens III.a, III.c e III.d da Decisão nº 582/2019 em conjunto com os itens da Decisão nº 4.328/2018; b) o exame da regularidade dos termos de colaboração voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, firmados pela SEDES/DF, na auditoria tratada no Processo nº 7.743/2020; [...] Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCD, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 7.743/20-e

proteção social para crianças, adolescentes, deficientes, idosos e moradores de rua em situação de vulnerabilidade.

2. Cumpre salientar que foi juntado ao Processo nº 10.285/17, em atenção à Decisão nº 2.444/19-CPM, cópia da Representação oferecida pelo nobre Deputado Distrital LEANDRO GRASS (e-doc 4526F7CE-c), versando sobre possíveis irregularidades nas unidades de acolhimento para crianças, adolescentes e famílias sob tutela da Secretaria de Desenvolvimento Social, com vistas à subsidiar o presente monitoramento.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

3. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 031/2020 - SEASP (e-doc C8BC0C04-e), de 23.6.2020, analisa a matéria nos termos seguintes:

“3. Adicionalmente, mediante o item III da Decisão nº 2.444/2019¹, o Tribunal determinou a juntada ao Processo nº 10.285/2017, com vistas a subsidiar o referido monitoramento, de representação² apresentada pelo Deputado Distrital Leandro Grass, versando sobre possíveis irregularidades nas unidades de acolhimento para crianças, adolescentes e famílias sob a tutela da SEDES.

4. Ainda, por intermédio da Decisão nº 1.394/2020, foi autorizada a juntada de documentos a estes autos, para fins de monitoramento em conjunto com os itens da Decisão nº 4.328/2018, das diligências dispostas nos itens III.a, III.c e III.d da Decisão nº 582/2019³.

5. Esta Decisão foi proferida no Processo nº 28.759/2016, como resultado da análise de mérito das informações encaminhadas pela então SEDESTMIDH/DF relacionadas: a) a irregularidades

¹ Proferida no âmbito do Processo nº 13.437/2019, nos seguintes termos: “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] III – autorizar: a) a juntada de cópia da Representação (edoc 4526F7CE-c) ao Processo nº 10.285/17, com vistas a subsidiar futuro monitoramento de auditoria; [...]”.

² E-DOC 4526F7CE.

³ “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] III – determinar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal que: a) exija das Organizações da Sociedade Civil - OSCs a demonstração circunstanciada do preço de mercado de imóveis similares, indicando os motivos ensejadores da diferença do valor das locações efetivadas em relação ao preço médio do arrendamento de unidades imobiliárias da localidade; [...] c) conclua e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a análise das prestações de contas indicadas na Tabela IV, bem como das 4 prestações de contas pendentes em relação às parcerias celebradas em 2016, indicadas nos §§ 137 e 143 da Instrução, respectivamente; d) disponibilize eletronicamente no site da Pasta todos os documentos decorrentes da análise parcial ou final das prestações de contas analisadas; [...]”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 7.743/20-e

identificadas em inspeção⁴ do TCDF para a análise de termos de colaboração firmados com diversas organizações da sociedade civil; b) aos apontamentos contidos na Representação nº 5/2018-G3P⁵, sobre a prorrogação de prazo de parcerias sem a devida análise e aprovação das respectivas prestações de contas.

6. Ademais, a Decisão nº 1.394/2020 também trouxe o seguinte dispositivo em seu item V.b:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] V – autorizar: [...] b) o exame da regularidade dos termos de colaboração voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, firmados pela SEDES/DF, na auditoria tratada no Processo nº 7.743/2020; [...].

7. Como se pode observar, o escopo do monitoramento objeto destes autos é bastante amplo, o que exigirá, pela natureza desse tipo de fiscalização e pela abrangência proposta, um prazo também mais dilatado, a fim de que o trabalho alcance o objetivo a que se destina.

8. Por outro lado, o item supratranscrito remeteu a esse monitoramento o exame de termos de colaboração firmados com vistas a oferecer apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.

9. Destaca-se que, com esse objeto, conforme pesquisa realizada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF –, a SEDES firmou o Termo de Colaboração nº 01/2020⁶, com o Instituto Tocar, e o Termo de Colaboração Emergencial nº 02/2020⁷, com a Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias.

10. Nesse contexto, cumpre ressaltar que as fiscalizações relacionadas à emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus têm sido tratadas por esta Corte com prioridade, a fim de que sejam realizadas com maior celeridade e produzam resultados tempestivos. É o que se depreende da Resolução TCDF nº 333/2020, publicada no DODF nº 94, de 20/5/2020, e que dispõe em seus arts. 1º e 2º:

⁴ Vide Relatório Final de Inspeção, e-DOC FF41DF18

⁵ E-DOC C78360E7.

⁶ Diário Oficial do Distrito Federal nº 69, de 13/4/2020 (http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2020/04_Abril/DODF%20069%2013-04-2020/DODF%20069%2013-04-2020%20INTEGRA.pdf), página 32. Consulta em 22/6/2020.

⁷ Diário Oficial do Distrito Federal nº 90, de 14/5/2020 (http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2020/05_Maio/DODF%20090%2014-05-2020/DODF%20090%2014-05-2020%20INTEGRA.pdf), página 43. Consulta em 22/6/2020



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 7.743/20-e

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação constante do Anexo I, com o objetivo de orientar a fiscalização das contratações realizadas pelo Governo do Distrito Federal – GDF para o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus (SARSCOV-2), agente causador da Covid-19.

Art. 2º Os processos de controle externo relativos à fiscalização prevista no art. 1º deverão ser identificados no Sistema e-TCDF com as expressões "Processo Urgente" e "Covid-19", a fim de propiciar a adequada celeridade processual. (Grifou-se)

11. O plano de ação⁸ mencionado no art. 1º supra, por sua vez, dispõe em sua apresentação:

Este Plano de Ação foi elaborado pela Secretaria-Geral de Controle Externo – Segecex, em atendimento ao Ofício nº 03/2020-GCIM (eDOC 8F1D6F78), para que as ações de Controle Externo sejam realizadas de maneira coordenada e integrada, observando a legislação que rege as contratações e aquisições públicas, a fim de possibilitar o máximo aproveitamento dos recursos humanos e tecnológicos disponíveis no Tribunal. (Grifou-se)

12. Assim, verifica-se que o Tribunal tem dispensado um tratamento diferenciado a tais fiscalizações, com vistas a maximizar o alcance do controle externo durante o período de emergência de saúde pública.

13. Nesse sentido, entende-se que, salvo melhor juízo, caso o exame autorizado por meio do item V.b da Decisão nº 1.394/2020 seja efetuado em conjunto com o monitoramento objeto destes autos, a celeridade necessária ao cumprimento satisfatório desse item tende a ser comprometida, o que pode ser solucionado tratando em autos apartados.

14. Outrossim, cabe mencionar que, nos termos do caput do art. 123 do RI/TCDF⁹, compete ao relator do processo presidir sua instrução, podendo, nessa condição, determinar, inclusive por provocação da unidade técnica competente, as providências necessárias ao saneamento dos autos.

15. Por fim, acrescenta-se que a análise requerida pelo item V.b da Decisão nº 1.394/2020 demandará o acesso por esta Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP – aos processos autuados pela jurisdição em decorrência do Termo de Colaboração nº 01/2020, do Termo de Colaboração Emergencial

⁸ E-DOC 7E2E2BD0.

⁹ "Art. 123. O relator presidirá a instrução do processo e, nessa condição, poderá determinar, mediante despacho singular, de ofício ou por provocação da unidade técnica competente ou do Ministério Público, as providências necessárias ao saneamento dos autos".



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 7.743/20-e

nº 02/2020 e de outros termos de colaboração que eventualmente tenham sido firmados com objeto similar.”

4. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

“I. tomar conhecimento da presente Informação (Peça 5, e-DOC C8BC0C04);

II. autorizar que o exame de regularidade determinado pelo item V.b da Decisão nº 1.394/2020 seja realizado em autos apartados;

III. determinar:

a) à Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal que disponibilize a esta Corte acesso integral aos processos administrativos referentes ao Termo de Colaboração nº 01/2020, ao Termo de Colaboração Emergencial nº 02/2020 e a outros termos de colaboração que eventualmente tenham sido firmados voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, enviando os respectivos links ou tabela contendo o número verificador dos documentos e os respectivos códigos CRC;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública para os devidos fins.”

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 7.743/20-e

VOTO

5. Cuidam os autos do monitoramento do cumprimento da Decisão nº 4.328/18-CPM, exarada no âmbito do Processo nº 10.285/17, que tratou de Auditoria Integrada realizada na então Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF, com o objetivo de examinar os serviços de acolhimento e proteção social prestados por entidades que celebraram termos de colaboração com o órgão (e-doc F974F79A-c).

6. O escopo deste monitoramento sofreu acréscimos pelas seguintes deliberações plenárias:

Decisão nº 2.444/19-CPM (Processo 13.437/19-e):

- análise de possíveis irregularidades, noticiadas em Representação oferecida por Deputado Distrital, nas unidades de acolhimento para crianças, adolescentes e famílias sob tutela da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social;

Decisão nº 1.394/20-CRR (Processo nº 28.759/16-e¹⁰):

- determinação direcionada a jurisdicionada, cuja verificação do atendimento deve ser feita neste processo:

“a) exija das Organizações da Sociedade Civil - OSCs a demonstração circunstanciada do preço de mercado de imóveis similares, indicando os motivos ensejadores da diferença do valor das locações efetivadas em relação ao preço médio do arrendamento de unidades imobiliárias da localidade;

[...]

c) conclua e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a análise das prestações de contas indicadas na Tabela IV, bem como das 4 prestações de contas pendentes em relação às parcerias celebradas em 2016, indicadas nos §§ 137 e 143 da

¹⁰ Termos de colaboração celebrados entre a então Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal - SEDESTMIDH/DF, atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF, e diversas Organizações da Sociedade Civil - OSCs, com o objetivo de realizar acolhimento institucional e proteção social para crianças, adolescentes, deficientes, idosos e moradores de rua em situação de vulnerabilidades.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 7.743/20-e

Instrução, respectivamente;

d) disponibilize eletronicamente no site da Pasta todos os documentos decorrentes da análise parcial ou final das prestações de contas analisadas.”

- exame da regularidade dos termos de colaboração voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, firmados pela referida Pasta.

7. O Corpo Técnico sugere que a análise atinente às medidas de enfrentamento do coronavírus seja realizada em autos apartados e que a jurisdicionada disponibilize a este Tribunal acesso integral aos processos administrativos referentes aos termos de colaboração que eventualmente tenham sido firmados para enfrentamento da pandemia.

8. Passa-se à apreciação.

9. A Resolução TCDF nº 333/2020, de 29.4.2020, que dispõe sobre a fiscalização desta Corte nas contratações públicas realizadas para enfrentamento da SARS-COV-2, agente causador da Covid-19, prevê tratamento prioritário para tais processos, buscando assegurar adequada **celeridade processual**³.

10. Forçoso reconhecer que tal intuito afasta-se do caráter abrangente do monitoramento a ser realizado nestes autos, o qual poderá comprometer a tempestividade e eficácia do controle externo durante o atual período de emergência de saúde pública.

Ante o exposto, de acordo com o Corpo Técnico, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. autorize que o exame de regularidade determinado pelo inciso V, alínea “b”, da Decisão nº 1.394/20 seja realizado em autos apartados;

II. determine à Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal que disponibilize a esta Corte acesso integral

³ “Art. 2º Os processos de controle externo relativos à fiscalização prevista no art. 1º deverão ser identificados no Sistema e-TCDF com as expressões “Processo Urgente” e “Covid-19”, **a fim de propiciar a adequada celeridade processual.**” (grifei).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 7.743/20-e

aos processos administrativos referentes ao Termo de Colaboração nº 01/2020, ao Termo de Colaboração Emergencial nº 02/2020 e a outros termos de colaboração que eventualmente tenham sido firmados voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, enviando os respectivos links ou tabela contendo o número verificador dos documentos e os respectivos códigos CRC;

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública para adoção das medidas cabíveis.

Sala das Sessões, 1º de julho de 2020

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro - Relator

Distribuição de cópias antecipadas